

Ideologia... de gênero? Um debate para a psicanálise de Žižek a Lacan

Vinícius Moreira Lima

Resumo: Este trabalho parte de uma inquietação com a forma escatológica com a qual o sintagma “ideologia de gênero” foi espalhado no Brasil ao longo dos últimos anos e alcançou um frenesi nacional no ano de 2017. Para investigar os fundamentos subjacentes a esse mal-entendido, assumi uma perspectiva situada entre a psicanálise de Jacques Lacan e sua releitura pelo filósofo Slavoj Žižek, a fim de colocar em debate o mal-estar inerente ao campo do sexual na civilização como ponto de partida para localizar o andamento desses conflitos. Partindo do princípio lacaniano de que não existe relação sexual, tentei extrair as consequências de uma releitura psicanalítica do conceito filosófico de ideologia para pensar essa circulação do sintagma “ideologia de gênero” como tentativa fetichizada de dar uma forma positiva ao antagonismo social das formas de gozo, à negatividade conflituosa que é estruturante do tecido social, mas que não é reconhecida como tal.

Palavras-chave: ideologia, gênero, psicanálise.

Introdução

O ano de 2017 foi um período em que assistimos ao acirramento das polêmicas envolvendo a temática da dita “ideologia de gênero” no Brasil. Começando pelo crescimento e disseminação das propostas do “Escola sem partido” (que sustenta a improvável bandeira política de uma educação neutra nas escolas) e passando pelos protestos contra exposições de arte no país (como o Queermuseu em Porto Alegre e a performance nua do artista Wagner Schwartz em São Paulo, que, juntamente com outras mostras artísticas, foram acusados de incitação à pedofilia e à zoofilia), o frenesi nacional em torno dos problemas de gênero e sexualidade culminou nos excessos perpetrados pelos manifestantes contrários à realização de um seminário na capital paulista, em novembro, coordenado pela filósofa estadunidense Judith Butler.

Em frente ao SESC-Pompeia, local onde ocorria o evento, cuja temática versava sobre “Os fins da democracia”, representantes de certos setores sociais conservadores se reuniam para tentar impedir a fala de Butler e o andamento do seminário de forma ofensiva e violenta, chegando a atear fogo numa boneca com a efígie da filósofa sob os gritos medievais de “Queimem a bruxa!”. Por mais irônica que a cena possa parecer, em

se tratando de um encontro preocupado em pensar a política de uma perspectiva democrática, o acontecido também parece apontar, de certa forma, para um sintoma social desses grupos conservadores, tomado enquanto um “retorno da verdade como tal na falha de um saber” (LACAN, 1966/1998, p. 234). Isso na medida em que o “antagonismo social”, uma negatividade conflituosa inerente à civilização, assume aí uma forma positiva, irrompe na superfície social, num ponto em que “fica óbvio que a sociedade ‘não funciona’, que o mecanismo social ‘range’” (ŽIŽEK, 1989/2008, p. 143, tradução nossa).

De fato, trata-se aí, com bastante clareza, da eclosão incontestável de uma verdade: a de que há uma desordem contemporânea na ordem simbólica tradicional, no sentido de uma suspeita em relação à ordenação binária dos seres sexuados, no que essa ordenação se mostra insuficiente para dar conta do gozo do ser falante. Em certa medida, é em torno desse ponto de real que o seminário parece ter se organizado, bem como os manifestantes a ele contrários; no entanto, essas duas posturas são indicativas de formas antagônicas de lidar com o mal-estar inerente à civilização. Isso na medida em que a organização dos movimentos sociais, pano de fundo motivador para o evento e mesmo para as pesquisas de Butler, pode ser vista como um conjunto heterogêneo de demandas de reconhecimento para suas diferentes roupagens e tratamentos do real, decorrentes de suas próprias formas de lidar com o mal-estar.

Nessa direção, a própria tentativa de constituir esses movimentos já é índice de um impasse, de uma desarmonia, de algo que não vai bem no real de um antagonismo social. Escutar as diferentes militâncias pressupõe, portanto, abrir-se às diferentes soluções encontradas pelos seres falantes no contemporâneo para lidar com a inexistência da relação sexual. Inexistência com a qual os representantes desses setores sociais conservadores não querem se haver, preferindo desconhecê-la, ao manterem a esperança em certa ordem tradicional que seria garante da relação. Tal ordenação simbólica, que fazia semblante de uma complementaridade sexual, encontrava sua representação imaginária numa norma cisgênero e heterossexual, a qual ainda hoje é nostalgicamente reivindicada pelos propósitos neuróticos de tentar sustentar a consistência do Outro, justamente na época em que sua inconsistência é progressivamente posta à mostra.

Isso sinaliza o fato de que não há garantias para o exercício da função do Outro, isto é, que não há Outro do Outro: o Outro é castrado, ele não responde por nada que seria comparável a um ser de macho ou um ser de fêmea, pois não há nenhum parâmetro simbólico passível de dar garantias para o ser do sujeito na linguagem. A ilusão saudosista de uma pretensa relação sexual que teria existido numa época imaginarizada de um funcionamento harmonioso da ordem simbólica só pode indicar que se trata, aí, do sonho neurótico de um saber no real, que daria as coordenadas de como lidar com a angústia do sexual para o ser falante, uma vez destituído de todo conhecimento instintivo sobre o sexo. É com essa angústia que os setores sociais conservadores não sabem o que fazer, com a progressiva aparição na vida pública de algo do sexual que perturba sua representação narcísica da sociedade como um todo harmônico e homogêneo.

É nessa falha sintomática de um saber, no que diz respeito ao que fazer com os destinos da civilização, que se presentifica certo retorno da verdade do gozo, refratária a toda domesticação simbólico-imaginária. É com essa dimensão do fracasso que os setores tradicionais têm de se haver, para fazer o luto de certa imagem normativa do humano, governada pela norma cisgênero heterossexual. O que não anula, é claro, que os grupos minoritários também tenham de lidar com aquilo que falha de suas próprias formas de subjetivação. Afinal, “se é mal sucedido, é para todo o mundo”, (LACAN, 1974/2001, p. 557). Esse cenário, em que parece se travar a batalha do futuro da civilização, é o que nos convoca a fazer trabalhar, da perspectiva da psicanálise, os impasses inerentes a esse mal-entendido.

Tendo isso mente, o percurso deste trabalho será iniciado pela retomada de alguns dos desdobramentos teóricos do conceito filosófico de ideologia, a partir do recorte proposto por Slavoj Žižek. Em seguida, apresentarei o conteúdo de um vídeo que circulou em várias redes sociais em 2017 e que tomo como uma versão bastante exemplar do uso escatológico do sintagma “ideologia de gênero”, parcialmente responsável pelo escândalo disseminado no país de forma pungente ao longo do ano; finalmente, promoverei um debate acerca do emprego desse sintagma, lançando-o, de certa forma, contra seus próprios proponentes, a partir de uma perspectiva psicanalítica situada entre Žižek e Lacan. Para isso, conceberei essa circulação do sintagma “ideologia de gênero” como uma tentativa fetichizada de dar uma forma positiva ao

antagonismo social das formas de gozo, à negatividade conflituosa que é estruturante do tecido social, mas que não é reconhecida como tal, retornando sob a forma paranoica de um perigo iminente de dissolução da própria ordem simbólica.

Quem tem medo de ideologia?

Ao longo de sua obra, Žižek (1989/2008) faz uma rica releitura do conceito de ideologia, cuja falência teórica havia sido decretada por grandes pensadores do século XX. Michel Foucault (2016, p. 44), por exemplo, suspeitava da ideologia como conceito por ela pressupor uma oposição virtual a algo que ocuparia o lugar da verdade; além disso, a ideologia teria de se referir a alguma coisa como o sujeito e, por fim, ela também se situaria numa posição secundária em relação a um elemento primeiro, de infraestrutura ou de determinação econômica/material. O que, da perspectiva foucaultiana, preocupada em estudar as relações entre poder e verdade, implica que esse conceito não deveria ser utilizado “sem precauções” (FOUCAULT, 2016, p. 44).

No entanto, retomando as vicissitudes históricas do termo, Žižek (1989/2008) pretende ir além dessa concepção de que a ideologia seriam os óculos que impedem o sujeito de ver a realidade. Na forma clássica do conceito desenvolvida por Marx e Engels em *A ideologia alemã*, a ideologia promove uma “inversão” da realidade, na qual historicamente vemos os homens e suas relações “de cabeça para baixo”, tal como a retina inverte os objetos do mundo físico. Assim, a ideologia constituiria uma falsa consciência, algo que nos engana ao tentarmos enxergar a verdadeira realidade (MARX & ENGELS, 1846/2007, p. 19). Nos trabalhos de Marx e Engels, essa realidade seria relativa à luta de classes, que a ideologia vem escamotear ao produzir um mascaramento da exploração dos proletários pelos burgueses. Nesse caso, a ideologia diz respeito ao conjunto de representações e ideias que relevam dos interesses da classe dominante e formam a consciência alienada dos proletários para reproduzir sua dominação (MARX & ENGELS, 1846/2007, p. 48).

Mesmo recebendo certos retoques conceituais como na obra de um Althusser (1970/1980), que acrescenta, por exemplo, a importância dos rituais e das práticas materiais para a incorporação da ideologia nos processos de subjetivação, o conceito

aqui em questão foi progressivamente abandonado ao longo do século XX por remontar, no limite, à tradicional distinção platônica que recorre à dualidade aparência-essência, ilusão-realidade, de modo que o destino da ideologia como conceito estaria restrito à esteira de uma reedição de um platonismo datado. Entretanto, no resgate žižekiano, a dicotomia ilusão-realidade é desmontada; a ideologia não seria mais os óculos que impedem o sujeito de ver a realidade, mas, antes, a realidade mesma que se coloca como evidente para o sujeito: “Ideologia não é uma ilusão onírica que nós construímos para escapar da realidade insuportável; em sua dimensão básica, ela é uma construção de fantasia [*fantasy construction*] que serve como suporte para nossa ‘realidade’ ela mesma” (ŽIŽEK, 1989/2008, p. 45, tradução nossa).

Dessa forma, trata-se de uma ilusão que é estruturante para as relações sociais, de maneira que a função da ideologia não é mais a de “oferecer um ponto de escape de nossa realidade, mas oferecer-nos a realidade social ela mesma como um escape de um núcleo real, traumático” (ŽIŽEK, 1989/2008, p. 45, tradução nossa). Esse ponto de real diz respeito, na leitura que Žižek toma de empréstimo a Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a um antagonismo, uma divisão social traumática que não pode ser simbolizada – em suma, a uma dimensão do impossível no seio mesmo da civilização, cuja ereção não permitirá nenhuma harmonia de seu conjunto.

Para avançar sua empreitada, Žižek (1989/2008) faz o trabalho de conceber a noção de realidade inspirado numa ótica psicanalítica, asseverando que a construção da realidade, que é sempre, no limite, realidade psíquica, não pode ser senão o enquadre da fantasia, que o filósofo equaciona aproximando da própria ideologia. De certa forma, a ideologia encontra ressonância no conceito da realidade fantasmática do sujeito, enquanto um enquadre que permite tratar o real traumático, o qual se torna, na leitura de Žižek, o real de um antagonismo social, o traumatismo da “luta de classes”, uma negatividade conflituosa que resiste a ser simbolizada, integrada numa harmonia social completa. Isto é, trata-se de um real que se inscreve não como um dado primário, inicial, mas como efeito da incidência da ordem simbólica, o resto negativo inerente à articulação do simbólico.

Nessa direção, a ideologia é o que conforma o sujeito, não pela dualidade ilusão-realidade, aparência-essência, mas pela concepção da realidade como sendo, ela própria,

uma fantasia ideológica, que tenta manter fora da cena, sob o desconhecimento do sujeito, o real que assombra o funcionamento do simbólico. Esse real, para Žižek, parece ser um dos nomes do impasse, do antagonismo encontrado na divisão da sociedade, no corte que a ordem simbólica encontra como seu limite constitutivo, que localiza como impossível a completude, a consistência, a harmonia do laço social. Isso significa que há um conflito no seio do sujeito, articulado à perda de gozo decorrente da entrada no simbólico, que condiciona os próprios impasses do laço social. Com esse pano de fundo, a ideologia seria, portanto, a colocação em funcionamento de uma totalidade imaginária que tenta mascarar os próprios traços de sua impossibilidade (ŽIŽEK, 1989/2008, p. 50).

Podemos considerar que essa construção do filósofo encontra uma ressonância curiosa no Brasil do século XXI, a partir do emprego paradoxal do termo “ideologia” no sintagma “ideologia de gênero” por parte de setores sociais conservadores que têm crescido nos últimos anos. Às voltas com as questões do contemporâneo, que é um tempo marcado pela proliferação de discursos sobre o gênero e a sexualidade, esses grupos conservadores fazem uso do referido sintagma para se posicionarem de forma contrária ao que veem como uma imposição que vem sendo feita às crianças nas escolas, no argumento que trabalharei adiante.

Ideologia... de gênero?

Numa versão bastante exemplar desse uso do termo, encontrada num vídeo divulgado em redes sociais como o WhatsApp e o Facebook, o professor Felipe Nery, presidente do “Observatório de Biopolítica” (que não tem relação alguma com o conceito foucaultiano), faz um alerta decisivo: “A ideologia de gênero desconstrói a identidade humana por onde ela passa”. Tratando da disseminação do conceito de gênero como um mal que se aproxima de forma apocalíptica, Felipe afirma que a dita “ideologia de gênero” tem aumentado a confusão das crianças sobre o próprio sexo. Para tanto, ele usa uma estatística que diz de um crescimento exponencial do número de crianças na Inglaterra e na Escócia que têm se servido de “tratamento transgênero”, devido à promoção dessa ideologia nas escolas.

Sob sua perspectiva, a “ideologia de gênero” pregaria um imperativo: “Todas as crianças devem experimentar todas as formas de sexualidade possíveis até encontrarem um gênero para si mesmas”. Isso seria feito a partir de cartilhas divulgadas na escola para fazerem as crianças duvidarem de si mesmas na sala de aula, recrudescendo um momento de “natural imaturidade e questionamento”. Dessa forma, em suas palavras, a “indústria do gênero” estaria “organizada para destruir nossas famílias”. Já nesse ponto, numa veia butleriana, cumpre perguntar quem está incluído no “nós” contido na afirmação do professor: quem é que precisa ficar de fora para que se constituam as ditas “nossas famílias”? Qual é a exceção a ser extraída para permitir que o conjunto universal ganhe uma ilusão de consistência?

No vídeo de Felipe Nery, o movimento em curso trataria não tanto do respeito, mas da “promoção” da “diversidade de gênero”, que seria uma imposição dessa “ideologia” (empregando o termo sem nenhum rigor conceitual, aqui aparentemente sinônimo de um “ideário”, um conjunto de ideias) como a “única moral permitida”, contrariando os valores da família e também, supostamente, a vontade da população. Após essas afirmações, o vídeo se encerra com uma soturna sentença: “A ideologia de gênero deixa marcas que ficam para sempre”. Em que pese o inegável casamento contemporâneo do discurso da ciência com o capitalismo, que gera certa oferta apressada dos recursos da tecnociência sobre o corpo sem o devido tempo para compreender, como muitas vezes ocorre nas intervenções hormonocirúrgicas para pessoas transgênero, acredito ser viável uma interrogação da fala do prof. Felipe a partir do recorte de um referencial psicanalítico, lido sob a ótica do filósofo Slavoj Žižek.

A forma como o discurso de Felipe é colocado chama a atenção, num primeiro olhar, por uma analogia possível com a leitura feita por Žižek (1989/2008, p. 142) acerca do procedimento ideológico mediante o qual o real traumático do antagonismo social, inerente à civilização, não é reconhecido como tal e retorna sob a roupagem de um elemento externo invasor que vem perturbar uma ordem social uma vez harmoniosa. Seu exemplo principal desse mecanismo diz respeito ao lugar ocupado pelos judeus na ideologia nazista, os quais eram tidos como a causa positiva do mal-estar, da decomposição e da corrupção da sociedade alemã. Diferentemente, os judeus seriam, na verdade, uma forma fetichizada que só assume existência positiva a partir da localização ideológica de uma negatividade social inerente ao próprio antagonismo da civilização,

de uma luta pelo gozo, vivenciado como uma perda a ser recuperada, uma vez que esse gozo suposto foi interceptado pelo Outro, aqui incorporado pelos judeus.

Nessa direção, a ideologia só serve para seu próprio propósito, isto é, ela não serve para nada, o que é a definição mesma de gozo dada por Lacan no *Seminário 20* (ŽIŽEK, 1989/2008, p. 92). Assim, a ideologia opera pela vertente de uma fantasia que estrutura o gozo, veiculando uma ilusão de completude e totalidade que, ao prometer um mais de gozar, está a serviço da ocultação de um vazio, da perda de gozo estrutural referente à entrada na civilização. Se a fantasia, tomada no nível ideológico, funciona como um cenário que mascara uma impossibilidade fundamental, a tarefa de crítica da ideologia pode se balizar pelo atravessamento dessa fantasia e correlativo encontro com o vazio que lhe subjaz, isto é, pela experiência de que o gozo está perdido para sempre, o que encontra como seu resto o antagonismo de uma divisão social que não pode ser integrada na ordem simbólica.

Isso vem desmontar a ilusão de uma Sociedade que funciona como um Corpo harmônico, orgânico, que constituiria um Todo em que as partes são complementares; essa seria a fantasia ideológica mais fundamental (ŽIŽEK, 1989/2008, p. 142). Se há um antagonismo que torna impossível essa harmonia, a fantasia é o que vem como sua contrapartida necessária: a “fantasia é precisamente a forma pela qual a fissura antagonística é mascarada” (ŽIŽEK, 1989/2008, p. 142, tradução nossa). Isso acontece ao localizar um elemento vindo do exterior como responsável por provocar uma perturbação da ordem social, um componente estrangeiro, de fora, que seria causa da desarmonia interna do conjunto, de forma que sua eliminação reestabeleceria a relação sexual perdida.

A estratégia dos opositores da dita “ideologia de gênero” parece seguir nessa esteira. Ao localizar, com tom apocalíptico, a incidência dessa “ideologia” como causa de uma desordem, é possível levantar a hipótese de que se trate aí de certa recusa em levar em conta o real enquanto real, que diz respeito ao mal-estar inerente ao campo do sexual, que Freud (1930/1996) equaciona ao pensar a ereção da própria civilização. Esse ponto estranho-interno do mal-estar, que é comum a todos na civilização, mas que parece ter sido recusado por esse discurso, retorna distorcido sob a forma fetichizada do mal exterior, da figura dos invasores (os “ideólogos de gênero”) responsáveis por

atrapalhar um saudoso bom funcionamento da sociedade; esses ideólogos é que seriam os responsáveis pela desarmonia que aparece na sociedade.

No entanto, a estratégia ideológica desse raciocínio tem como consequência o fato de que a fantasia pode ser um meio de uma ideologia “levar em conta sua falha antecipadamente” (ŽIŽEK, 1989/2008, p. 142, tradução nossa), na medida em que, de certa forma, tal como os nazistas em relação aos judeus, esses grupos sociais conservadores sabem disso, reconhecem de forma adiantada que há esse elemento da falha no seio da própria ideologia; mas, pela via da fetichização (do judeu, da “ideologia de gênero”), tais setores podem sustentar, a um só tempo, um saber e um não saber em relação a essa impossibilidade, ao fato de que o fetiche aparece como positividade de uma negatividade que é irreduzível a qualquer elemento positivo da realidade. Assim, a “ideologia de gênero” só pode ser a incorporação fetichista de um bloqueio fundamental, inerente à própria sociedade, cuja totalidade harmônica se mostra impossível.

Seguindo nessa esteira, de uma perspectiva lacaniana, parto do fato de que o que constitui o fundo da vida, o que opera como a impossibilidade de fundo para o que quer que se enuncie do ser falante, é a inexistência da relação sexual (LACAN, 1972-73/2008, p. 38). Isso implica que o fracasso, a falha, a rata, é parte constitutiva da experiência falante completa, que opera como negatividade conflituosa em todas as formas de encontro sexual ou de constituição identitária. De forma que o que esses setores sociais reacionários acabam por produzir, em seu discurso, é a ilusão de apontar os grupos responsáveis por supostamente fazer obstáculo à existência da relação, como se a falha estivesse sendo causada pela invasão desses supostos estrangeiros à ordem simbólica.

Do amor cortês, pela idealização distante da dama, Lacan (1972-73/2008) dizia que era “uma maneira inteiramente refinada de suprir a ausência de relação sexual” (p. 75); dos opositores à dita “ideologia de gênero”, penso que possa se tratar de uma forma violenta de lidar com essa inexistência. Isso na medida em que sua resposta ao crescimento dos discursos sobre gênero e sexualidade é a censura, o silenciamento, a segregação. Uma estratégia que lhes permite sustentar um desconhecimento em relação ao real que assombra a todos, ainda que a cada um à sua maneira, pelo mal-estar

inerente ao sexual: pois há algo na própria natureza da pulsão que “é desfavorável à realização da satisfação completa (FREUD, 1912/1996, p. 190).

De forma articulada a esse argumento freudiano, retomo também uma de suas consequências lacanianas, a de que não há Outro do Outro, que indica a ausência de uma garantia para o sujeito se situar como ser de macho ou ser de fêmea no campo do Outro. Inexistindo a relação, uma complementaridade entre os sexos, o resultado é a ausência estrutural de um saber sobre o sexual, de um saber-o-que-fazer com isso do sexual que insiste sem encontrar uma resposta pronta, exigindo, portanto, que algo venha tratar esse buraco no real. Dito de outro modo, a inexistência de um saber no real sobre o sexo exige que algo venha dar tratamento a esse furo, a fim de que o ser falante possa operar com o gozo do seu corpo e com o gozo do corpo do Outro.

Pensando nisso, é possível fazer o significante “ideologia de gênero” se voltar contra seus próprios proponentes, pertencentes a setores sociais conservadores (afinal, os teóricos dos estudos de gênero nunca utilizaram o sintagma “ideologia de gênero”), nessa articulação entre Žižek e Lacan. Entendendo o conceito de “ideologia” sob a perspectiva inaugurada por Žižek, enquanto constituição fantasmática da realidade psíquica, é possível levantarmos a hipótese de que, na verdade, já há uma ideologia de gênero que modela a realidade desses setores conservadores. São esses grupos que sustentam o gênero como uma realidade fantasística que não é reconhecida como tal, baseada na manutenção de uma esperança na relação sexual que tenta se impor como realidade material, neutra, dada e objetiva, como se fosse algo que funcionaria muito bem, em uma harmonia idealizada, em um casamento feliz entre as palavras e o corpo, dentro da roupagem imaginária cisgênero e heterossexual.

Sob minha perspectiva, a ideologia de gênero é o que diz respeito às formas normativas que fornecem o enquadramento fantasmático ainda atual mediante o qual se concebem correntemente homens e mulheres, lidos enquanto um par pretensamente complementar, já destinado a ser um bom encontro, e como se fosse o único bom encontro possível. Algo que, aproximando a lupa, dá mostras de esconder o real traumático de um gozo contingente, inconsistente, sem garantias, ancorado na inexistência da relação, no resíduo não identitário que opera como causa de desejo. Gozo cujo tratamento hegemônico passa pelos caminhos da fantasia ideológica da

norma cis-heterossexual, que veicula uma promessa de recuperação de um mais-de-gozar para sempre perdido, mas que seria passível de se reaver pela crença numa natureza heterossexual dada, conforme a seu gênero supostamente “de nascimento”, atraída pelo objeto sexual de um pretense sexo oposto, sem nenhuma questão sobre o campo do gozo.

A ideologia de gênero é o que já tem estado em funcionamento há tempos, tentando fazer ver como natural algo que busca valer como único tratamento possível do real, que falha (como outras tentativas de tratar o real, mas cada uma de forma diferente) e provoca um sofrimento psíquico cuja origem no real pode ou não ser reconhecida como tal. O não reconhecimento do núcleo dessa falha, localizado como a inexistência da relação sexual, é o que leva à esperança normativa e à imposição violenta e silenciosa de um universal que tenta legislar para todas as crianças uma forma que seria adequada de se haver com o furo no real. Essa forma encontra sua principal representação social no que tem sido nomeado como norma cisgênero heterossexual.

Do meu ponto de vista, o debate contemporâneo do gênero, na maioria das vezes, tenta denunciar esse tratamento tradicional como insuficiente, propondo outras formas de lidar com o real; ainda que esse debate recaia em certas formações da ordem do ideal, com outras esperanças em algo que funcione (por exemplo, nas ofertas contemporâneas da tecnociência), esse debate apresenta, apesar disso, um formato que franqueia condições de existência psíquica mais ligadas à possibilidade de vidas mais passíveis de serem vividas. Se nos perguntamos sobre quais crianças estão incluídas no “nossas crianças” do narrador, certamente, a resposta não são aquelas que historicamente sofrem pelo enredamento em uma realidade ideológica tradicional, que desconsidera o aparecimento da singularidade, a qual faz objeção ao “para-todos” da norma cis-heterossexual.

Ademais, uma das principais lições a serem extraídas de Žižek diz respeito ao fato de que a ideologia não é necessariamente relacionada a algo de falso, como seria na “falsa consciência” em Marx; diferentemente, ela pode apresentar um conteúdo tanto falso quanto verdadeiro, pois o decisivo não é tanto o seu conteúdo afirmado como tal, mas “*o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação*” (ŽIŽEK, 1996, p. 13, grifos do autor). O espaço

ideológico propriamente dito só é localizável a partir do momento em que essa enunciação se mostra “funcional com respeito a alguma relação de dominação social (‘poder’, ‘exploração’) de maneira intrinsecamente não transparente” (ŽIŽEK, 1996, pp. 13-14), para que seja possível mentir até mesmo sob o disfarce da verdade, mantendo oculta a lógica de legitimação da relação de dominação.

Nesse sentido, a postura pretensamente salvadora da inocência e integridade das crianças, de defender a “Sociedade” de uma invasão escatológica da “ideologia de gênero”, revela ser ela mesma uma manobra ideológica, na medida em que busca ocultar sua posição de enunciação, articulada à dominação social sustentada por uma forma de gozo hegemônica, que não tolera a aparição pública da diferença, tomada de forma paranoica como um gozo Outro, monstruoso e assustador, passível de corromper a ilusória harmonia do próprio tecido social. O que aponta para o elemento do cinismo envolvido nesse antagonismo das formas de gozo, na medida em que os representantes desses setores sociais conservadores sabem muito bem o que estão fazendo, mas o fazem mesmo assim (ŽIŽEK, 1996, p. 14): reconhecimento fatal de uma posição de gozo da qual não se quer abrir mão. E é contra a naturalização desses lugares pré-estabelecidos no discurso do Outro que as diversas militâncias parecem tentar se organizar.

Ainda assim, é fato que os movimentos de desconstrução do gênero também não são nenhuma salvação, nenhuma libertação final; no entanto, eles podem ser um caminho para formas de laço social que não sejam tão violentas e mortíferas para certos sujeitos que sofrem com o excesso de determinações normativas que incidem sobre eles. Por sua vez, o que a psicanálise reafirma é a ausência radical de garantias até mesmo para o encontro de um par cisgênero heterossexual, na medida em que a inexistência da relação exige que cada ser falante faça sua própria invenção para se haver com o real do antagonismo sexual, dando um tratamento singular a esse ponto de falha em torno do qual orbitam os discursos. Que esse ponto não seja silenciado por violentas imposições universalizantes, ao preço de desconhecer aquilo do sujeito que não se submete às normas sociais: o desejo. Sustentar a abertura desse furo é a tarefa ética da psicanálise.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* [1970]. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREUD, Sigmund. “Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor” [1912]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. XII). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 185-195.

FREUD, Sigmund. “Mal-estar na civilização” [1930]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 73-148.

LACAN, Jacques. “Do sujeito enfim em questão” [1966]. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 229-237.

LACAN, Jacques. “Prefácio a *O despertar da primavera*” [1974]. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 557-559.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 20: mais, ainda* [1972-73]. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* [1846] (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. *The sublime object of ideology* [1989]. London/New York: Verso, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. “O espectro da ideologia”. In: _____. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 7-38.